

**Seção de Legislação do Município de Canela / RS****LEI MUNICIPAL Nº 4.260, DE 01/03/2019****CRIA O PROGRAMA DE REDUÇÃO GRADATIVA DE VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Canela, Estado do Rio Grande do Sul, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído, para o perímetro urbano, no Município de Canela, o Programa de Redução Gradativa de Veículos de Tração Animal (PRGVTA).

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, consideram-se:

- I** - animais: equinos, asininos, muares, caprinos e bovinos;
- II** - veículo de tração animal (VTA): todo meio de transporte de carga e de passageiros movido por propulsão animal;
- III** - condução de animais para o transporte de cargas: exploração do animal para o transporte de carga em seu dorso.

Art. 2º O PRGVTA, de que trata o art. 1º desta Lei será implementado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Mobilidade Urbana, em parceria com a Secretaria Municipais de Assistência, Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, e Secretaria de Saúde, compreendendo as seguintes ações:

- I** - cadastramento social de condutores, animais e veículos de tração animal, em formulário próprio, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 03 (três) meses, a contar da vigência desta Lei;
- II** - implementação de ações que visem à inserção dos condutores de VTA no mercado de trabalho, por meio de políticas públicas, parcerias, convênios ou acordos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público e privado, especialmente em ações de reciclagem e artesanato;
- III** - substituição dos veículos de tração animal por meios alternativos de deslocamento incluindo veículos de tração humana e pedal;
- IV** - qualificação profissional dos condutores cadastrados, para atuação no recolhimento, separação, armazenamento e reciclagem de resíduos, observando-se as políticas públicas de educação ambiental ou, facultativamente em outros segmentos econômicos.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 06 (seis) meses, contados da vigência desta Lei, para que seja proibida, em definitivo, a circulação de VTA e a exploração animal para o transporte de cargas e de passageiros no perímetro urbano do Município de Canela.

§ 1º Fica proibida, a partir da vigência desta lei:

- I** - a circulação de veículos de tração animal e a exploração de animais para o transporte de cargas e de passageiros, na zona urbana central do Município de Canela imediatamente a partir da vigência desta Lei, nos logradouros grafados junto ao mapa que compõe o anexo I desta lei;
- II** - a condução de VTA e a exploração de animais para o transporte de cargas por menores de 18 (dezoito) anos de idade;
- III** - o trânsito de VTA com cavalos em maus tratos, observados os conceitos da Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e Resolução nº 1.236, de 26 de outubro de 2018 do Conselho Federal de Medicina Veterinária, sendo eles:
 - a)** executar procedimentos invasivos ou cirúrgicos sem os devidos cuidados anestésicos, analgésicos e higiênico-sanitários, tecnicamente recomendados;
 - b)** permitir ou autorizar a realização de procedimentos anestésicos, analgésicos, invasivos, cirúrgicos ou injuriantes por pessoa sem qualificação técnica profissional;
 - c)** agredir fisicamente ou agir para causar dor, sofrimento ou dano ao animal;
 - d)** abandonar animais; deixar o tutor ou responsável de buscar assistência médico-veterinária ou zootécnica quando necessária;

e) deixar de orientar o tutor ou responsável a buscar assistência médica veterinária ou zootécnica quando necessária;

f) não adotar medidas atenuantes a animais que estão em situação de clausura junto com outros da mesma espécie, ou de espécies diferentes, que o aterrorizem ou o agredam fisicamente;

g) deixar de adotar medidas minimizadoras de desconforto e sofrimento para animais em situação de clausura isolada ou coletiva, inclusive nas situações transitórias de transporte, comercialização e exibição, enquanto responsável técnico ou equivalente;

h) manter animal sem acesso adequado a água, alimentação e temperatura compatíveis com as suas necessidades e em local desprovido de ventilação e luminosidade adequadas, exceto por recomendação de médico veterinário ou zootecnista, respeitadas as respectivas áreas de atuação, observando-se critérios técnicos, princípios éticos e as normas vigentes para situações transitórias específicas como transporte e comercialização;

i) manter animais de forma que não lhes permita acesso a abrigo contra intempéries, salvo condição natural que se sujeitaria;

j) manter animais em número acima da capacidade de provimento de cuidados para assegurar boas condições de saúde e de bem-estar animal, exceto nas situações transitórias de transporte e comercialização;

k) manter animal em local desprovido das condições mínimas de higiene e asseio;

l) impedir a movimentação ou o descanso de animais;

m) manter animais em condições ambientais de modo a propiciar a proliferação de microrganismos nocivos;

n) submeter ou obrigar animal a atividades excessivas, que ameacem sua condição física e/ou psicológica, para dele obter esforços ou comportamentos que não se observariam senão sob coerção;

o) submeter animal, observada espécie, a trabalho ou a esforço físico por mais de quatro horas ininterruptas sem que lhe sejam oferecidos água, alimento e descanso;

p) utilizar animal enfermo, cego, extenuado, sem proteção apropriada ou em condições fisiológicas inadequadas para realização de serviços;

q) transportar animal em desrespeito às recomendações técnicas de órgãos competentes de trânsito, ambiental ou de saúde animal ou em condições que causem sofrimento, dor e/ou lesões físicas;

r) adotar métodos não aprovados por autoridade competente ou sem embasamento técnico-científico para o abate de animais;

s) mutilar animais, exceto quando houver indicação clínico-cirúrgica veterinária ou zootécnica;

t) executar medidas de depopulação por métodos não aprovados pelos órgãos ou entidades oficiais, como utilizar afogamento ou outras formas cruéis;

u) induzir a morte de animal utilizando método não aprovado ou não recomendado pelos órgãos ou entidades oficiais e sem profissional devidamente habilitado;

v) utilizar métodos punitivos, baseados em dor ou sofrimento com a finalidade de treinamento, exibição ou entretenimento;

w) utilizar agentes ou equipamentos que inflijam dor ou sofrimento com o intuito de induzir comportamentos desejados durante práticas esportivas, de entretenimento e de atividades laborativa, incluindo apresentações e eventos similares, exceto quando em situações de risco de morte para pessoas e/ou animais ou tolerados enquanto estas práticas forem legalmente permitidas;

x) submeter animal a eventos, ações publicitárias, filmagens, exposições e/ou produções artísticas e/ou culturais para os quais não tenham sido devidamente preparados física e emocionalmente ou de forma a prevenir ou evitar dor, estresse e/ou sofrimento;

y) fazer uso e/ou permitir o uso de agentes químicos e/ou físicos para inibir a dor ou que possibilitam modificar o desempenho fisiológico para fins de participação em competição, exposições, entretenimento e/ou atividades laborativas;

z) utilizar alimentação forçada, exceto quando para fins de tratamento prescrito por médico veterinário;

aa) estimular, manter, criar, incentivar, utilizar animais da mesma espécie ou de espécies diferentes em lutas;

ab) estimular, manter, criar, incentivar, adestrar, utilizar animais para a prática de abuso sexual;

ac) realizar ou incentivar acasalamentos que tenham elevado risco de problemas congênitos e que afetem a saúde da prole e/ou progenitora, ou que perpetuem problemas de saúde pré-existentes dos progenitores.

IV - compreende-se para fins de zona urbana central do inciso I deste artigo o disposto no art. 2º, inciso VIII da Lei Municipal nº 3.982 de 14 de dezembro de 2017.

§ 2º Fica permitida a utilização de VTA:

I - nas datas comemorativas de 7 (sete) e 20 (vinte) de setembro, bem como em eventos que cultivem as tradições gaúchas, desde que previamente autorizada pelo Poder Executivo;

II - em atividades, em estabelecimentos públicos ou privados, nos termos da legislação vigente, tais como haras, turfe, hipismo, equoterapia, cavalgadas, desde que previamente autorizadas pelo Poder Executivo, bem como o uso de animais pelas forças públicas, militares ou civis, que tenham grupamentos de montaria, observadas as disposições da

Lei Estadual nº 11.915, de 21 de maio de 2003, que institui o Código Estadual de Proteção Animal.

CAPÍTULO II - DA FISCALIZAÇÃO E DO PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 4º O condutor do animal ou de VTA que contrarie o disposto nesta Lei fica sujeito à aplicação das seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

I - multa;

II - apreensão do animal, do veículo e demais equipamentos utilizados na infração.

§ 1º A apuração de infrações ao disposto nesta Lei dar-se-á através de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A apuração de infrações ambientais dar-se-á em processo administrativo próprio.

Seção I - Da advertência

Art. 5º Suprimido.

Seção II - Da multa

Art. 6º Será aplicada a penalidade de multa, após instauração de procedimento administrativo, nos casos de violação ao disposto no art. 3º, § 1º, incisos I e II desta Lei.

§ 1º A multa será fixada no valor de 5 Unidades de Valor de Referência Municipal (VRMs).

§ 2º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades previstas nesta Lei, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas em legislação específica.

§ 3º As multas poderão ser aplicadas em dobro no caso de reincidência.

§ 4º Os recursos provenientes da aplicação das multas previstas neste artigo serão destinados ao Fundo Próprio a ser criado em até 60 dias a partir da publicação desta Lei, e deverão reverter em ações destinadas ao fortalecimento do PRGVTA.

Art. 7º A penalidade não paga será inscrita em dívida ativa e encaminhada a protesto.

Seção III - Da apreensão

Subseção I - Da apreensão do veículo de tração animal

Art. 8º O condutor terá o veículo apreendido pelo órgão competente:

I - quando, após aplicação da multa por reincidência, se verificar a prática de qualquer infração;

II - quando o agente de fiscalização constatar a ocorrência de maus tratos ao animal, observados os requisitos da Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, e Resolução nº 1.236, de 26 de outubro de 2018 do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

§ 1º Para proceder a remoção do veículo, poderá o agente fiscalizador requerer força policial.

§ 2º O agente de fiscalização lavrará termo de remoção do qual constará:

I - local, data e hora da remoção do veículo;

II - descrição sucinta das características do veículo, de sua espécie e de outros elementos julgados necessários à sua identificação;

III - identificação do proprietário do veículo, caso seja possível, ou de seu condutor;

IV - discriminação de carga, se for o caso;

V - identificação do agente de fiscalização que lavrou o termo de remoção.

§ 3º Uma via do termo de remoção será encaminhada ao depósito de destino do veículo de tração.

Art. 9º O VTA removido e a respectiva carga poderão ser resgatados em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da remoção.

§ 1º Os veículos apreendidos e não reclamados pelo proprietário no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o infrator tomar conhecimento da decisão administrativa definitiva, poderão ser objeto de alienação, doação ou entregue a depositário, na forma da Lei ou destruídas.

§ 2º A autoridade responsável pelo depósito de destino do veículo poderá exigir nota fiscal de eventual mercadoria integrante da carga.

Subseção II - Da apreensão de animais

Art. 10. O animal encontrado em quaisquer das situações vedadas por esta Lei será retido pelo agente de fiscalização, que acionará a secretaria municipal de Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Mobilidade Urbana para proceder o recolhimento, podendo requisitar força policial se necessário.

§ 1º O agente fiscalizador lavrará termo de recolhimento do qual constará:

- I - local, data e hora do recolhimento do animal;
- II - descrição sucinta das características do animal;
- III - identificação do proprietário, se possível, ou de seu condutor;
- IV - identificação do agente fiscalizador, responsável pelo transporte do animal e do veículo por ele conduzido;
- V - identificação do agente de trânsito que lavrou o termo.

§ 2º O responsável pelo transporte do animal recolhido até o depósito de destino portará uma via do termo de remoção lavrado pelo agente de fiscalização.

Art. 11. Os animais recolhidos serão encaminhados ao local conveniado com a Prefeitura ou outro órgão que vier a substituí-lo, onde serão submetidos aos seguintes procedimentos:

- I - exame clínico realizado por médico-veterinário do órgão para avaliação das condições físicas gerais dos animais;
- II - coleta de material para os exames necessários;
- III - manutenção em local isolado, em caso de suspeita de moléstias infectocontagiosas ou zoonoses, até que se obtenha o diagnóstico, por meio de exames ou de avaliação clínica;
- IV - manutenção em condições que lhes proporcionem alimentação e alojamento adequado à espécie.

Parágrafo único. Tratando-se de equinos, será realizado o exame de Anemia Infecciosa Equina (AIE) e Mormo, devendo ser aplicada vacina contra Influenza acaso nenhuma enfermidade for constatada.

Art. 12. Os animais apreendidos poderão ser doados ou alienados a instituições conveniadas, particulares ou associações civis, desde que mantenham condições para manutenção em condições adequadas de sanidade e alimentação ou ainda poderão ser encaminhados para voluntários que permitam viver solto nos campos.

§ 1º Os animais apreendidos deverão permanecer sob guarda do Poder Público Municipal até a decisão final do processo administrativo.

Seção IV - Do procedimento administrativo para aplicação das penalidades

Art. 13. O procedimento administrativo terá início mediante lavratura de auto de infração por agentes de fiscalização, em ação fiscalizatória.

Art. 14. O auto de infração será lavrado pelo agente autuante que houver verificado a infração.

Art. 15. O auto de infração deverá ser numerado em série e preenchido de forma clara e precisa.

Art. 16. O auto de infração deverá conter:

- I - o local, data e hora de sua lavratura;
- II - o nome, endereço e qualificação do autuado;
- III - a descrição do fato ou do ato constitutivo da infração;
- IV - o dispositivo legal infringido;
- V - a intimação para apresentação de defesa, no prazo de 20 (vinte) dias;
- VI - identificação do agente autuante, sua assinatura, a indicação de seu cargo ou função e o número de sua matrícula;
- VII - a designação de forma e local para a apresentação de defesa e o respectivo endereço;
- VIII - a assinatura ou, em se tratando de autuado não alfabetizado, a coleta de impressão digital;
- IX - caso se recuse a assinar, o agente prenotará tal fato e prevalecerá a fé pública deste.

Parágrafo único. A assinatura pelo autuado do auto de infração, ao receber sua cópia, constitui notificação, assim considerada como termo inicial para efeito de contagem de prazo de defesa, sem implicar em qualquer forma de confissão.

Art. 17. O autuado poderá apresentar defesa do auto de infração lavrado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à formalização da notificação prevista no artigo anterior.

Parágrafo único. Considera-se formalizada a notificação na data em que o notificado toma ciência de seu conteúdo.

Art. 18. A defesa deverá ser formulada por escrito, e deverá conter:

- I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do autuado;
- III - as razões de fato e de direito que fundamentam a defesa;
- IV - provas que lhe dão suporte.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 19. A defesa deverá ser apresentada e ser imediatamente encaminhada à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Mobilidade Urbana.

Art. 20. A defesa não será conhecida quando apresentada fora do prazo.

Art. 21. O autuado poderá ser representado por procurador ou defensor legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Parágrafo único. A autoridade competente poderá conceder o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada do instrumento a que se refere o *caput* deste artigo, caso o autuado deixe de apresentá-lo junto à defesa.

Art. 22. Julgado o processo e aplicada a penalidade de multa, será o infrator notificado para efetuar seu pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, ou ainda apresentar recurso no prazo de 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. Se o infrator realizar o pagamento no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, aplicar-se-á o desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor da multa.

CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O Poder Executivo poderá firmar convênio, ou instrumento congênere, com instituições públicas ou privadas, visando à implementação do disposto nesta Lei, cuja verba deverá ter previsão orçamentária ou suplementada por excesso de arrecadação.

Art. 24. Esta Lei será regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANELA.

Constantino Orsolin
Prefeito Municipal

Luiz Fernando Tomazelli
Procurador Geral do Município

David Keller da Silva
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Mobilidade Urbana

Registre-se e publique-se.

Paulo Nestor Tomasini
Secretário Municipal de Governança, Planejamento e
Gestão